



**MEMÓRIA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE
REUNIÃO ORDINÁRIA**

DATA: 29/04/2009

HORÁRIO: 09:00 às 17:00

LOCAL: SETP – Curitiba

Participantes

Membros:

SETP	COGEMAS
Ana Paula Gonçalves	Adilson José dos Santos
Carmen Cristina Zadra	Joaquim Guilherme da Silva Filho
Denise R. Arruda Colin	Kátia Saliba
Ironi Camargo	Léo Inácio Anschau
Jucimeri Isolda Silveira	Márcia Mazzarotto
Solange Fernandes	Silvia Pinheiro Higuti

Representantes da Secretaria Técnica:

Ana Carolina K. Bittencourt

Kellen Cristina Dalcin

Kelli Regina Albanese

Rosely Lemos

Sionara de Paula

Convidados:

Aline Vitor Ferreira Braga

Bernadete Barusso

Carmen L. S. Cunha

Creusa Lurdes de Melo

Débora G. da Rosa

Evanilda R. de Oliveira

José Roberto Zanchi

Márcia Regina Ferreira da Silva

Maria Frelange G. Rel Cobe

Nádia E. Elias Salgado

Renata M. dos Santos

Rosana A. Macedo

Rosa M. Marques de Souza

Rosilene B. Dezordi Link

Sandra Mancino

Sandra C. K. Busnello
Silvia Lourdes Lemos
Silvane V. de Siqueira
Sirlei de Costa

Aprovação da pauta da reunião:

- Aprovação da memória da reunião da CIB de 16/12/2008;
- Apresentação do quadro de habilitação e análise dos pareceres dos processos;
- Plano de Providências: Araruna, Astorga e Fazenda Rio Grande;
- Monitoramento dos municípios habilitados com condicionalidade: repasse e pactuação das informações técnicas dos Escritórios Regionais;
- Apresentação da situação da habilitação dos municípios por Estado;
- Apresentação de propostas para ampliação do número de municípios habilitados em gestão básica e plena no Paraná;
- Instrumentos de Gestão: apreciação dos prazos de preenchimento do PMAS e Relatório de Gestão, e pactuação da sistemática de monitoramento e avaliação do SUAS nos municípios;
- Apreciação do Demonstrativo Sintético e Plano de Ação do estado do Paraná;
- Apresentação do Plano Estadual de Capacitação;
- Apresentação das diretrizes e critérios para co-financiamento pelo FEAS;
- Apresentação da proposta de reordenamento do Piso Básico de Transição e sugestões;
- Apresentação do Protocolo de Integração de serviços e benefícios e sugestões.

Informes:

- Encontro Planseq;
- Encontro Nacional CONGEMAS;
- Resolução n.º 023/2009 - nova composição da CIB/PR ;
- Portaria n.º 096/2009, de 26 de março de 2009, MDS : repasse de recursos do governo federal e prestação de contas;
- Reunião Ampliada CNAS e CEAS / CMASs;
- Encontros Regionais com Prefeitos e Gestores Municipais;
- Nota Expansão Programa Bolsa Família;
- Atualização dos níveis de gestão nos aplicativos do SUASWeb.

- **Aprovação da memória da reunião da CIB de 16/12/2008:**

Denise Colin, coordenadora da CIB, agradece a presença de todos confirmando o quorum mínimo, e questiona se há algum ponto de pauta a ser incluído, e sem mais alterações, a pauta é aprovada.

- **Aprovação da memória da reunião da CIB de 28/10/2008:**

Denise Colin coloca em apreciação a memória, e não havendo modificações, a mesma é aprovada.

- **Apresentação do quadro de habilitação e análise dos pareceres dos processos:**

A secretária técnica da CIB, Kellen C. Dalcin, informa que no período de 17 de dezembro de 2008 a 24 de abril de 2009 foram analisados 07 processos de habilitação, e apresentou a análise com relação a cada um dos pleitos, conforme o quadro abaixo.

Quanto ao município de Pinhais, ela registrou que o processo de habilitação apresentava como pendências o envio do diagnóstico das áreas de vulnerabilidade e risco social, do plano de inserção dos beneficiários e alguns itens no funcionamento de seus CRAS. Neste sentido, a diretora da Secretaria Municipal de Pinhais, Carmen Cunha, expõe as dificuldades apresentadas no início desta gestão municipal no que se refere à política de assistência social, especialmente quanto as demandas territoriais do município, da pouca estruturação de serviços socioassistenciais e os desafios colocados para as novas equipes técnicas. Desta forma, ela e a Secretária Municipal de Assistência Social, Márcia Regina Ferreira da Silva, solicitam aos membros da CIB que avaliem a situação do município, considerando o interesse em alterar seu nível de gestão, com o compromisso em estruturar os CRAS conforme prevê a NOB-

RH/SUAS, e elaborar o diagnóstico social e plano de inserção que também compõe a documentação comprobatória para a gestão básica.

Sendo assim, os membros pactuam que o município seja habilitado em gestão básica com a condicionalidade de efetivar os itens pendentes no período de seis meses, seguindo o procedimento já utilizado para outros municípios.

As habilitações pactuadas seguem conforme o quadro abaixo:

Escritório Regional	Município	Situação	Pactuação
União da Vitória	Porto Vitória	Gestão Básica	Habilitado
Paranavaí	Mirador	Gestão Básica	Habilitado
Foz do Iguaçu	Mercedes	Gestão Básica	Habilitado
Guarapuava	Reserva do Iguaçu	Gestão Básica	Habilitado
Guarapuava	Campina do Simão	Gestão Básica	Habilitado
Curitiba	Pinhais	Gestão Básica	Habilitado com condicionalidade
Umuarama	Alto Paraíso	Gestão Básica	Indeferido

Denise retoma que aos municípios habilitados será elaborada Resolução da CIB, para publicação em Diário Oficial, com posterior repasse à CIT, Escritórios Regionais, atualização do site e listagem dos níveis de gestão. Para os municípios com processo indeferido ou habilitado com condicionalidade será elaborado memorando de orientação.

- **Plano de Providências: Araruna, Astorga e Fazenda Rio Grande:**

Kellen retoma a situação dos municípios que possuem Plano de Providências, com acompanhamento da CIB, para pactuação de procedimentos. No caso de Araruna, ela expõe que o mesmo tinha pendências no funcionamento de seu CRAS, mas que esta situação foi repassada ao município no fim da gestão municipal em dezembro de 2008. Neste momento, o gestor municipal não

apresentava condições efetivas para os reordenamentos, devido as mudanças do quadro eleitoral. Sendo assim, a CIB pactuou que em 2009, o município seria orientado novamente, o que foi realizado, inclusive com visita da equipe técnica da SETP, com a posição confirmada pelo Escritório Regional de Campo Mourão de que o CRAS já está em funcionamento adequado.

Neste caso, a CIB consultará o MDS quanto ao fluxo a ser cumprido pelo município para retomar o cofinanciamento que está suspenso desde o ano passado.

Quanto ao município de Astorga, a CIB também fará consulta ao MDS, porém, a situação é diferenciada, já que se trata de município contemplado na expansão do Piso Básico Fixo – PBF no ano de 2008. Entretanto, o gestor municipal posicionou-se pela recusa do repasse financeiro, devido a questões administrativas e contábeis, e tal posição foi referendada pelo CMAS. Ocorre que o gestor atual pretende dar continuidade ao serviço e receber o cofinanciamento federal.

Já com relação ao município de Fazenda Rio Grande, os representantes do órgão gestor municipal, Sandra K. Busnello e José Roberto Zanchi, expuseram a necessidade imposta ao município de ampliação do prazo, para que os reordenamentos sejam efetivados. Neste sentido, os membros tomaram conhecimento das dificuldades da gestão municipal e as propostas de realização de concurso público para complementação das equipes, e a coordenadora da CIB ponderou que o pedido de alteração do município deveria também ser avaliado pela CIT, já que o prazo máximo para reordenamentos é o final do mês de junho, conforme previsão da Resolução n.º 006/08 – CIT.

Como encaminhamento, os membros sugeriram que o gestor municipal envie Ofício à CIT retratando as dificuldades e a necessidade de ampliação do prazo. Enquanto isso, caberá à Secretaria Técnica elaborar Ofício à CIT acerca da situação dos três municípios com as respectivas indicações de procedimentos, e pautar o retorno para a próxima reunião.

- **Monitoramento dos municípios habilitados com condicionalidade: repasse e pactuação das informações técnicas dos Escritórios Regionais:**

Denise expôs que no final do ano passado pactuou-se a habilitação com condicionalidade, na qual os municípios que pleiteiam a habilitação em gestão básica ou plena têm seu processo deferido pela CIB, mesmo com alguma pendência no funcionamento de seu CRAS, considerando a complexidade de estruturação do mesmo conforme os critérios mínimos de funcionamento, e o tempo necessário para a habilitação. Ela retoma que nestes casos, os municípios teriam seis meses para realizar os reordenamentos, a partir da data de publicação da Resolução que o habilita ao SUAS.

A primeira experiência da habilitação com condicionalidade foi referendada pela Resolução n.º111/08 – CIB/PR que habilitou os municípios de Arapongas, Bela Vista da Caroba, Castro, Marmeleiro, Pinhão e Tijucas do Sul. A coordenadora indica que no mês de abril encerrou-se o prazo de seis meses e, portanto, a CIB deve pactuar pela manutenção do nível de gestão ou abertura de processo de desabilitação, a partir da análise das informações técnicas enviadas pelos respectivos Escritórios Regionais.

Após avaliarem os documentos, os membros pactuaram favoravelmente a manutenção da habilitação dos municípios de Bela Vista da Caroba, Marmeleiro e Tijucas do Sul. Com relação aos municípios de Arapongas, Castro e Pinhão, os membros avaliaram que os mesmos ainda apresentavam equívocos no funcionamento de seus CRAS.

Com relação ao funcionamento dos CRAS em Arapongas, Kellen expôs que o mesmo implantou quatro CRAS, entretanto, nenhum deles possui a equipe técnica composta conforme prevê a NOB/SUAS, seja por ausência de coordenador exclusivo, compartilhamento de atribuições ou insuficiência de equipes. Ela ressaltou que por se tratar de município de médio porte, existe a obrigatoriedade de possuir dois CRAS e, desta forma, uma opção seria estruturar adequadamente estes equipamentos e, posteriormente compor os demais. Márcia

Mazzarotto lembra que a orientação mais adequada seria ainda que o gestor municipal mantivesse os equipamentos conforme a demanda, providenciando concurso público para suprir a composição da equipe.

No caso de Castro, o gestor compôs seu segundo CRAS sem a presença de um psicólogo, o que para municípios de médio, grande porte ou metrópole, se torna uma obrigação. Os membros avaliaram que pode ter ocorrido equívoco na interpretação da NOB-RH/SUAS por parte do gestor municipal, mas que a situação pode ser facilmente solucionada através da substituição do profissional.

O município de Pinhão apresentava insuficiência na equipe técnica, e supriu a demanda por profissionais via contratação de dois assistentes sociais por meio de licitação. Ponderou-se que existe posicionamento do MDS e das entidades de representação dos assistentes sociais, indicando que a contratação de profissionais por meio de licitação de pessoa física, pregão eletrônico, dentre outros, descaracteriza o preconizado na NOB-RH/SUAS no que diz respeito aos concursos públicos e, além disso, gera acirramento da disputa por menores preços na contratação de serviços de profissionais especializados, em detrimento da qualidade e compromisso com os serviços prestados.

Considerando todos os contextos apresentados, Denise esclareceu que a partir da pactuação relativa à habilitação com condicionalidade, o procedimento a ser seguido é a abertura de processo de desabilitação, entendendo que o município obteve a oportunidade de estar habilitado com algumas pendências no CRAS, com o prazo estipulado em seis meses para sua superação. Com vistas a legitimar o processo, seguindo a previsão da NOB/SUAS e da pactuação dos membros, ela leva à apreciação dos membros a proposta de abertura do processo, lembrando que este procedimento não implica na desabilitação automática, pois considerando o fluxo definido na NOB/SUAS, o município terá um tempo significativo para apresentar sua justificativa, com possibilidade concreta de negociação com a CIB, o que se coloca como uma oportunidade educativa para a gestão municipal.

Márcia Mazzarotto expõe que esta era justamente a proposta da habilitação com condicionalidade, e reforça a necessidade de tratar a questão conforme as

previsões legais. Por fim, os membros pactuaram pela abertura de processo de desabilitação dos mesmos, e caberá à Secretaria Técnica providenciar a Resolução de abertura do processo de desabilitação e os Escritórios Regionais serão comunicados via memorando sobre esta pactuação. Este item retornará à pauta da CIB para acompanhamento sistemático dos processos e seu encerramento.

- **Apresentação da situação da habilitação dos municípios por Estado:**

Denise trouxe ao conhecimento dos membros o quadro apresentado na última reunião da CIT, com os números de habilitação aos três níveis de gestão do SUAS, conforme quadro abaixo:

UF/ Região	Total de Municípios	Inicial	Básica	Plena	Não Habilitados	GB+G P	%
Norte							
Acre	22	0	21	1	0	22	100,0
Amapá	16	10	6	0	0	6	37,5
Amazonas	62	2	55	5	0	60	96,8
Pará	143	1	137	5	0	142	99,3
Rondônia	52	1	51	0	0	51	98,1
Roraima	15	0	14	1	0	15	100,0
Tocantins	139	38	97	1	3	98	70,5
Total	449	52	381	13	3	394	87,8
Nordeste							
Alagoas	102	1	100	0	1	100	98,0
Bahia	417	45	344	17	11	361	86,6
Ceará	184	2	168	14	0	182	98,9
Maranhão	217	5	204	7	1	211	97,2
Paraíba	223	3	198	14	8	212	95,1
Pernambuco	185	7	172	5	1	177	95,7
Piauí	223	23	195	1	4	196	87,9
Rio grande do	167	0	159	7	1	166	99,4

Norte							
Sergipe	75	0	74	1	0	75	100,0
Total	1.793	86	1.614	66	27	1.680	93,7
Centro Oeste							
Goiás	246	50	192	3	1	195	79,3
Mato Grosso do Sul	78	11	36	31	0	67	85,9
Mato Grosso	141	0	119	22	0	141	100,0
Total	165	61	347	56	1	403	86,7
Sudeste							
Espírito Santo	78	18	53	7	0	60	76,9
Minas Gerais	853	224	568	52	9	620	72,7
Rio de Janeiro	92	0	61	31	0	92	100,0
São Paulo	645	169	299	69	8	368	57,1
Total	1.188	511	981	159	17	1.140	68,3
Sul							
Paraná	399	198	163	38	0	201	50,4
Rio grande do Sul	469	82	343	24	47	367	74,0
Santa Catarina	293	141	131	21	0	152	51,9
Total	1.188	421	637	83	47	720	60,6
Total Geral	5.563	1.131	3.960	377	95	4.337	78,0

- **Apresentação de propostas para ampliação do número de municípios habilitados em gestão básica e plena no Paraná:**

A coordenadora da CIB cita que as informações contidas no quadro apresentado pelo MDS retomou uma antiga preocupação dos membros com relação a organização da política municipal e as possibilidades de cofinanciamento advindas da habilitação em gestão básica e plena do SUAS.

Jucimeri complementa que neste contexto, faz-se necessário propor diretrizes de incentivo à habilitação dos municípios paranaenses, por meio de ações de capacitação, orientação continuada para elaboração dos processos de habilitação e o entendimento da importância da habilitação na gestão municipal da política de assistência social.

Ficou pactuado que na próxima reunião seja apresentado um esboço de um plano de monitoramento e habilitação, para construção conjunta do mesmo.

- Instrumentos de Gestão: apreciação dos prazos de preenchimento do PMAS e Relatório de Gestão, e pactuação da sistemática de monitoramento e avaliação do SUAS nos municípios:

Renata M. dos Santos, representante da SETP, realizou o repasse da proposta de prazo de preenchimento do Plano Municipal de Assistência Social - PMAS e Relatório de Gestão, no período de 04 de maio à 26 de junho de 2009. Os membros concordaram com a sugestão e, portanto, pactuou-se pelo período e pela comunicação imediata aos municípios.

Ainda com relação ao Sistema de Informação da Política Estadual de Assistência Social – SIPEAS, Renata leva à apreciação dos membros a criação de subsistemas específicos ao cadastramento dos Conselhos Municipais e Órgão Gestores, com previsão de abertura para o final do mês de maio, conforme encaminhamento discutido durante as reuniões de Câmara Técnica do SIPEAS, em 2008.

A técnica apresentou aos membros o fluxo de monitoramento e avaliação do SUAS nos municípios, da qual uma das fases é justamente o preenchimento dos aplicativos e seu posterior acompanhamento pelas equipes dos Escritórios Regionais da SETP. Ironi Camargo, representante da SETP, esclarece que esta proposta já foi apresentada às equipes dos Escritórios, que também fizeram sugestões e propostas de aprimoramento do fluxo, que contempla a visão de monitoramento da gestão como um todo, buscando superar a lógica de

acompanhamento fragmentado por equipamento, serviço ou demandas prioritárias que se apresentem pelo MDS.

Denise expõe que o principal objetivo do monitoramento e avaliação da gestão municipal é tratar a organização da gestão da política de assistência social de forma integral e em período continuado, e assim, os levantamentos que se fizerem necessários durante o ano já estarão contemplados nos procedimentos adotados pelos Escritórios.

Os membros fizeram considerações sobre a importância deste instrumento para aprimoramento da gestão municipal, e pactuaram a referida proposta, bem como a criação dos subsistemas do SIPEAS.

- **Apreciação do Demonstrativo Sintético e Plano de Ação do estado do Paraná:**

Renata M. dos Santos apresentou aos membros a situação de preenchimento dos Planos de Ação dos municípios paranaenses, que em 24 de abril era de 125 municípios com Plano já aprovado, 72 em fase de aprovação do CMAS e 203 em fase de preenchimento do aplicativo.

Os membros expuseram sua preocupação com os municípios que ainda estão em fase de preenchimento, considerando que o prazo final é em 25 de maio, e Renata expõe que a SETP enviará semanalmente a situação de preenchimento dos municípios de abrangência de cada Escritório Regional, para conhecimento e acompanhamento de cada município.

- **Apresentação do Plano Estadual de Capacitação:**

Jucimeri I. Silveira, coordenadora substituta da CIB, explica brevemente as diretrizes do Plano Estadual de Capacitação, que é o planejamento das ações da SETP relativas a formação continuada dos trabalhadores do SUAS, por meio de ações integradas com as Universidades Estaduais, com participação ativa das

equipes técnicas dos municípios, e monitoria das equipes dos Escritórios Regionais.

Ela expõe que a proposta é pauta constante da comissão de articulação e mobilização do CEAS, no qual vem passando por diversos aprimoramentos sugeridos pelos conselheiros e, neste sentido, Jucimeri comunica que uma cópia do Plano será disponibilizada aos membros da CIB para que as contribuições dos gestores municipais possam ser atribuídas ao documento, como forma de fortalecimento da integração das instâncias de deliberação e pactuação na proposta de capacitação dos trabalhadores, e no que tange aos gestores municipais na liberação de seus funcionários para a participação dos diversos momentos de capacitação.

- **Apresentação das diretrizes e critérios para co-financiamento pelo FEAS:**

Denise prossegue a reunião apresentando o documento com as diretrizes para utilização dos recursos do FEAS para o exercício de 2009, lembrando que a proposta contempla justamente as deliberações do CEAS, pactuações da CIB, respeitando as demandas regionais e as metas do Plano Decenal do SUAS. Os membros tomaram conhecimento do quadro abaixo, e o pactuaram na forma de diretrizes:

EIXO	AÇÃO	MUNICIPIOS
------	------	------------

PSB	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantação de CRAS: - construção / manutenção 2. Aprimoramento das ações do CRAS: - capacitação das equipes técnicas - qualificação profissional dos beneficiários do PBF - assessoramento técnico para organização de grupos de produção - implantação do Programa Paraná Solidário: rede de alimentação, rede de vestuário, rede de reciclagem 3. Inclusão Produtiva - capacitação para mudança - plantio de fumo/PETI 4. Benefícios Eventuais - regulamentação dos auxílio natalidade e funeral 5. Plano Integrado de Atendimento às Comunidades Tradicionais - termo de cooperação com SETI - Programa Universidade sem Fronteiras - documentação civil - CadUnico/ Programa Bolsa Família - acompanhamento socioassistencial das famílias - inclusão socio-produtiva 6. Grupo de Trabalho Programa Luz Fraterna 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Centro Expandido, Território da Cidadania, Território da Paz (PRONASCI) 2. Todos os municípios Capital e regiões metropolitanas 40 municípios, incluindo os 22 CRAS co-financiados pela SETP Centro expandido, regiões metropolitanas e região noroeste 3. 10 municípios 4. 112 municípios 5. Comunidades Quilombolas: Adrianópolis, Bocaiúva da Sul, Dr. Ulysses, Cerro Azul, Campo Largo, Castro Aldeias Indígenas Nova Laranjeiras Mangueirinha 6. Todos os municípios
PSE - Média Complexidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantação de CREAS - construção/manutenção - Centro Integrado de Prevenção a Violência contra o Idoso 2. Aprimoramento das ações dos CREAS - capacitação da equipe técnica - banco de dados - Disque Idoso 	<ol style="list-style-type: none"> 1. maior demanda, região de fronteira, habilitados em gestão básica ou plena Curitiba e Região Metropolitana, com capacidade de gestão 2. Todos os municípios.
PSE - Alta Complexidade	<ol style="list-style-type: none"> - Manutenção de Serviço de Abrigamento - Aprimoramento dos serviços de abrigamento - sistematização e análise das instituições de longa permanência para idosos (ILPI's) - IPARDES - colaboração na pesquisa de abrigos para crianças e adolescentes - FIOCRUZ 	<ol style="list-style-type: none"> 1. 05 unidades na região de Curitiba 2. todos os municípios

	<ul style="list-style-type: none"> - curso de cuidador de idoso - monitoramento dos serviços de abrigamento 	
Aprimoram ento da Gestão	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sistema Estadual de Informação, Monitoramento e Avaliação <ul style="list-style-type: none"> PMAS Relatório de Gestão Censo CRAS Censo CREAS Monitoramento da Habilitação nos níveis de gestão Monitoramento da gestão local/regional do SUAS Monitoramento dos equipamentos co-financiados CadUnico 2. Plano Estadual de Capacitação: em construção 3. Plano de Ação IGDE - apreciado na reunião de 26 e 27/03/2009 4. Apoio as instancias do SUAS: CIB, CEAS, FOREAS 5. Estudos e Pesquisas <ul style="list-style-type: none"> comunidades tradicionais serviços de acolhimento institucional CadUnico: IPARDES e CELEPAR Ações socioeducativas: UEPG 6. Elaboração de material e eventos técnicos <ul style="list-style-type: none"> publicações capacitações instrumentos de gestão 7. Realização de Conferencias <ul style="list-style-type: none"> municipais regionais estadual nacional reunião ampliada CNAS, CEAS, CMAS's. 	Todos os municipios

- Apresentação da proposta de reordenamento do Piso Básico de Transição e sugestões:

Ironi Camargo, representante da SETP, trouxe os debates acerca do Piso Básico de Transição - PBT, realizados durante a reunião da CIT. Ela expôs que

durante a reunião foram apresentadas as possibilidades de aplicação do PBT, como por exemplo, a utilização dos recursos atuais que correspondam a 70% do valor do Piso Básico Fixo – PBF para que o restante seja complementado pelo MDS e, desta forma, haveria a transição do PBT para PBF, para cofinanciar ações voltadas às famílias referenciadas no CRAS, com a condição de que estes municípios se habilitem em gestão básica ou plena até dezembro de 2009.

Uma outra proposta foi direcionada aos municípios que atualmente recebem valor inferior aos 70% do PBF, e que para manutenção do recurso deverão ser habilitados em gestão básica e plena, porém, com utilização dos mesmos para financiar serviços de convivência e fortalecimento de vínculos às famílias de crianças e idoso.

A última possibilidade também exige a habilitação dos municípios em gestão básica e plena, para manutenção do recurso com objetivo de complementar os recursos para estruturação do Programa Pró-Jovem Adolescente.

Ironi retoma que a CIT elaborará Resolução com as devidas previsões para utilização dos recursos, e que os gestores municipais serão orientados para as devidas providências para manutenção dos recursos, lembrando que os municípios que não efetivarem as mudanças aos níveis de gestão e demais providências não mais receberão o recurso.

- **Apresentação do Protocolo de Integração de serviços e benefícios e sugestões:**

Denise pautou este assunto na reunião para retomar a necessidade de envio de contribuições ao documento proposto pela CIT, e que tem como principal objetivo definir diretrizes para integração dos beneficiários do BPC, Bolsa Família e demais benefícios com os serviços socioassistenciais existentes nos municípios. O documento foi repassado aos membros da CIB, e pactuou-se que as contribuições sejam enviadas ao e-mail da CIB até a primeira quinzena do mês de maio.

- **Informes:**

Portaria n.º 096/2009, de 26 de março de 2009, MDS: repasse de recursos do governo federal e prestação de contas:

Kellen repassou aos membros o documento que trata da forma de prestação de contas de recursos federais por meio do Demonstrativo e planejamento por meio do Plano de Ação do SUASWeb, com os prazos finais em 15 de junho e 25 de maio, respectivamente. Tais informações serão repassadas aos municípios, e a SETP fará acompanhamento da situação de preenchimento para informe aos Escritórios Regionais.

- **Encontros Regionais com Prefeitos e Gestores Municipais:**

Denise Colin expõe aos membros a proposta de apresentação das ações da SETP aos novos Prefeitos Municipais, por meio de reuniões integradas com as áreas do trabalho, assistência social e segurança alimentar. Para tanto, informa que existe um calendário preliminar das reuniões, que está em fase de confirmação em algumas regiões.

Márcia Mazzarotto indica a importância destes eventos de aproximação, em especial para as ações do COGEMAS no estado, e solicita que o calendário seja enviado para conhecimento e participação dos membros, assim que a SETP tenha as datas confirmadas.